

Mulher de Classe



Secretaria da Mulher
Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil

REVISTA DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS DO BRASIL - Nº 5 - MARÇO DE 2015



A LUTA FEMININA POR UMA NOVA ORDEM MUNDIAL



3 Balanço Geral

Secretária de Mulheres da CTB avalia o seu primeiro ano de gestão

6 Artigo: Igualdade Racial

Mônica Custódio

8 Movimento Social

A luta das trabalhadoras domésticas por direitos

10 Artigo: Capitalismo e Patriarcado

Lúcia Rincón

12 Sindicalismo Rural

Os preparativos para a quinta Marcha das Margaridas

16 Artigo: Terceira Idade

Margarida Barreto e Roberto Heloani

18 Entrevista

Maria Elizabeth Guimarães, presidenta do Superior Tribunal Militar

22 Capa: Poder Feminino

Uma mulher no comando da maior central sindical do Chile

24 A Luta Feminina por Direitos na França

Jenny Dauvergne

26 A mulher na América Latina

Laura Porcel

28 Artigo: Formação Sindical

Celina Arêas

29 Artigo: Educação

Marilene Betros

30 Luta de Gênero

A creche que funciona dia e noite em bairro carente de São Paulo

31 Juventude

Leci Brandão quer mais educação e cultura para os jovens do Brasil

34 Poema

Cora Coralina



8



18



22



30



31

Comemoração em tempos de luta!

Chegamos ao mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, vivendo um momento de grande incerteza e risco. Enquanto a vencedora do Oscar de melhor atriz faz discurso classista por igualdade de direitos e salários em plena cerimônia americana, no Brasil o que se vê é a urgência em prevenir retrocessos neste tema. A data em que tradicionalmente são levantadas as bandeiras de luta dos movimentos civis das mulheres também é decisiva para a preservação de conquistas trabalhistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras que estão ameaçadas pela edição das MPs 664 e 665 do governo federal.

*Mais que nunca, faz-se necessário somar às reivindicações femininas o empenho conjunto de homens e mulheres pela valorização do trabalho e contra a precarização de direitos, a terceirização e a rotatividade. Março será um mês de muitos desafios para todos nós. Nesta edição, **Mulher de Classe** pontua conquistas femininas de direitos pelo mundo, em sintonia fina com a comemoração dos 70 anos da Federação Sindical Mundial, em outubro. Os avanços obtidos pelas mulheres na América Latina, a inédita liderança sindical de Bárbara Figueroa no Chile e as conquistas trabalhistas na França são alguns temas contemplados na revista.*

Vale lembrar que a CTB tem como um dos nortes de sua atuação política a visão internacionalista, de solidariedade com os companheiros e companheiras de todo o mundo, e 2015 é o ano internacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Dentro deste espírito de reivindicação positiva que norteia a batalha de todas as mulheres, a CTB convoca a todos para esta nova jornada de lutas. Não é possível aceitar o retrocesso em um caminho trilhado de maneira tão árdua. A agenda de atividades vai exigir grandioso empenho do coletivo cetebista para darmos consequência à luta para derrotar a fúria golpista da direita, em defesa da Nação, da soberania e da democracia.

Mãos à obra, companheiras!

Adilson Araújo
Presidente Nacional da CTB



Secretária de Mulheres da CTB faz balanço e aponta novos desafios



Ivânia Pereira é Secretária de Mulheres da CTB

Por Ivânia Pereira

A luta pela igualdade de gênero é um princípio da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). A CTB tem a convicção de que sem a emancipação das mulheres não haverá emancipação da classe trabalhadora. Orientado por essa visão emancipacionista, o trabalho da Secretária da Mulher Trabalhadora (SMT/CTB)

compreende a existência de um duplo desafio a ser materializado com a implementação de sua política que é a de unir as demandas específicas das mulheres às questões gerais da sociedade.

Significa dizer que para além de despertar o conjunto das mulheres trabalhadoras para a luta social, sindical e política, a SMT/CTB tem de ao mesmo tempo estimular

dentro das entidades o questionamento da noção do sindicato como um mundo masculino, desnudando suas características tradicionais e conservadoras. Nesse sentido, a CTB vem cumprindo sua missão de mostrar como as condições de gênero impedem ou limitam a participação da mulher nos sindicatos.

As amarras ainda precisam ser superadas! As

mulheres e os homens devem ajudar a transformar as condições de gênero em fator de avanços da luta sindical. E, para isso, o conjunto do movimento sindical deve compreender melhor esse tema para superarmos as questões da opressão de gênero na sociedade. Nessa perspectiva, a CTB entende que para a construção da igualdade de gênero o movimento sindical classista tem um papel relevante no debate sobre a autonomia econômica e pessoal das mulheres.

Na atualidade, todas as energias da CTB são direcionadas para que as mulheres recuperem a sua liberdade, a autonomia sobre seu próprio corpo e que possam assim externar a expressão de seus desejos. Elas precisam fazer parte da produção social, precisam ocupar os espaços de poder, receber remuneração igual a dos homens e as tarefas domésticas devem ser socializadas. Com

“As amarras ainda precisam ser superadas! As mulheres e os homens devem ajudar a transformar as condições de gênero em fator de avanços da luta sindical.”

apoio das mulheres e dos homens emancipados, dentro dos sindicatos, teremos de ir construindo as bases para uma sociedade socialista. Uma sociedade livre da opressão de gênero, classe e raça.

Assim, neste primeiro ano de gestão, a Secretária da Mulher Trabalhadora da CTB faz um balanço positivo. Aponta ainda desafios para o próximo biênio,

na perspectiva de avançar a história de lutas da classe trabalhadora no rumo da construção da igualdade de gênero. Neste período, a SMT/CTB desenvolveu Fóruns e Conselhos e, pela primeira vez, a Secretaria da Mulher Trabalhadora/CTB obteve representação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vaga conquistada na eleição realizada entre 06 e 08 de maio de 2014.

A construção da unidade das trabalhadoras é uma prioridade?

A unidade foi uma marca no último ano. O esforço da SMT/CTB é a construção da unidade da luta das mulheres trabalhadoras, através do Fórum de Mulheres das Centrais. Temos uma pauta unificada e empreendemos várias batalhas durante este primeiro ano da nossa gestão. Não temos dúvidas de que os avanços que tivemos na aprovação de alguns projetos de interesse das mulheres são fruto de um grau muito maior de unidade das Centrais

– que enxergaram no Fórum essa capacidade de coordenação e articulação do processo.

Realizamos em 2014 o primeiro Planejamento Estratégico Situacional do Fórum de Mulheres Trabalhadoras das Centrais, em uma reunião do Fórum com a deputada federal líder da bancada feminina na Câmara dos Deputados, Jô Moraes. Ela recebeu as mulheres para discutir uma mobilização e garantir que os projetos de interesse das mulheres entrassem na pauta. Confira um breve retrospecto dos trabalhos na página ao lado.



Marca oficial da 5ª Marcha das Margaridas que acontece em agosto no Distrito Federal: a expectativa é reunir mais de 100 mil participantes, segundo as organizadoras do movimento criado há 15 anos

Desafios para 2015

Entre os desafios colocados para a atual gestão está a realização de cursos de formação específicos para as mulheres dirigentes sindicais e lideranças de base que a CTB está realizando em todo o País. O objetivo é preparar as lideranças para exercer as mais diversas funções nas direções sindicais, estimulá-las a fazer intervenções e palestras. Teremos também em junho a realização do II Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da CTB.

A SMT/CTB participa da Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas e participou na CONTAG das Oficinas Nacionais no Projeto de Capacitação para a Mobilização Social visando a implantação e funcionamento das Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta em situação de violência.

CTB PE realiza debate na universidade: “Trabalhadoras da Educação: mulher e o estado laico” e lançamento da revista *Elas por Elas*.

CTB SE Encontros para o debate “Mais Mulheres na Política”, no CENTRESI/FETASE, com participação de secretarias de estado e da SMT/CTB. Participação no Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo.

CTB Caxias do sul, RS Curso de Formação Sindical, em Porto Alegre, 27 de março.

Promoção do II Encontro das Mulheres Catebistas de MG no dia 28 de março, com o tema: “A Mulher nos Anos de Chumbo” em parceria com a CONTEE.

FITMETAL RJ Encontro das Mulheres Metalúrgicas.

CTB GO Encontro das Mulheres Encontro da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) com Sindicatistas.

“Diálogos sobre o Mundo do Trabalho: Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres”, com a palestrante Celina Arêas.

II Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP-RN.

Mesa redonda “Os Caminhos da Emancipação Feminina no Brasil”, juntamente com CTB, CUT e CNQ. Ato em homenagem às vítimas da ditadura militar – Centro Cultural Vergueiro SP.

27 de maio - Seminário “A política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Balanço e Desafios - 30 anos de PAISM.

21 de junho – Realização do I Encontro da Mulher – “Mulher na Política” Campina Grande (PB).

25 de junho - Lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015, São Paulo.

“Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver” – Casa do Professor – SP.

CTB RS 02 e 03 de julho – Curso de Formação de Lideranças para Mulheres – Porto Alegre, “Uma Experiência Construída pela Secretaria de Formação”, com Celina Arêas, e pela Secretária de Mulheres Trabalhadoras, com Ivânia Pereira.

CTB BA 25 de julho - III Encontro de Mulheres 28 e 29 de julho – Curso de Formação Política e Sindical para Lideranças Femininas na Federação dos Metalúrgicos.

CTB MA 26 de julho - I Encontro de Mulheres.

CTB MG Homenagem a 25 mulheres, dentre elas Rogerlan, Encontro de jovens e mulheres – Fetagemg, Marcha das mulheres do Vale do Mucuri – Teófilo Otoni.



CTB Manifestação na avenida Paulista (foto) com movimento de mulheres, partidos, fórum nacional de mulheres das centrais com grande mobilização e presença da CTB.

Marcha das Margaridas

30 de junho - Indicação de representantes das Organizações Parceiras da Marcha das Margaridas para compor a Coordenação Ampliada – Ivânia Pereira e Marilene Betros.

22 e 23 de agosto – Reunião da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. A SMT/CTB foi representada pela dirigente nacional Ailma Maria.



A invisibilidade da mulher negra no mercado de trabalho

Por Mônica Custódio

O Brasil, com pouco mais de 201 milhões de habitantes, sendo as mulheres maioria (51,5%), apresenta a segunda maior população negra fora da África. Ainda assim, esta parcela da sociedade está submetida às piores condições de trabalho, salários, moradia, saúde, mobilidade urbana e acesso à cultura. As mulheres negras urbanas foram as primeiras a construir a sua condição de trabalho sob um signo de liberdade e emancipação. É nesta construção que temos caminhado, trazendo conosco a experiência de ser uma mulher negra inserida neste difícil contexto socioeconômico.

Mudanças substanciais ocorreram nestes últimos 142 anos na formação social, cultural, econômica e histórica de nosso país. Da Abolição à Constituinte, transformações se evidenciaram em diversas formas de expressão. Em todo esse tempo, as mulheres negras tiveram protagonismo e se constituíram como força motriz na construção solidária do que acreditamos ser família (Irmandade, Terreiro, Samba).

É dentro deste espectro de informação e formação social que se fazem necessárias ações afirmativas que possibilitem, via políticas públicas, dar amparo legal às reivindicações das entidades sindicais e sociais na promoção de igualdade de condições e de oportunidade entre mulheres e homens negros e não negros. Nesta linha caminha o projeto de lei 6653/2009, de autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA), que se baseia na III Conferência Mundial contra o



Mônica Custódio é Secretária de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da CTB

Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

A população negra, independente do sexo, recebe 50% menos que a não negra, quando se inclui o recorte de gênero a situação fica ainda mais alarmante. A remuneração de duas mulheres negras corresponde ao salário total de uma trabalhadora não negra. De acordo com a Relação Anual de Informação Social (Rais), do Ministério do Trabalho, a mulher afroamericana ganha, em média, R\$ 790,00 e o salário do homem branco chega a R\$ 1.671,00 - mais que o dobro. Ela também é vítima da precarização e rotatividade, consequência da flexibilização dos direitos e garantias no mundo do trabalho contemporâneo, pauta de grande mobilização das centrais sindicais, a exemplo do PL 4330, que prevê a ampliação da terceirização.

Nos últimos períodos a vulnerabilidade da mulher negra diminuiu no ambiente de trabalho, segundo estudo do DIEESE. A razão disso é fundamentalmente o aumento do número de novos postos de trabalho ocorrido durante os últimos governos. Segundo o Dieese, apesar do avanço na ocupação, a diferença nos rendimentos continua grande. Na média geral, a remuneração por hora da população negra é 63,9% do que recebem os não negros. Esta relação contextualizada na história revela uma percepção multidimensional da condição da mulher negra no mundo contemporâneo. Condição esta ainda marcada pela invisibilidade.

Parabéns aos Auxiliares de Administração Escolar

08 de abril: Dia do Auxiliar de Administração Escolar e, este ano, aniversário de 34 anos do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais (SAAEMG). O sindicato parabeniza todos(as) os(as) trabalhadores(as) da educação que, com o seu empenho, contribuem para um futuro melhor e reitera sua disposição de luta em favor da categoria.



Rua Hermilio Alves, 335
Santa Tereza - Belo Horizonte - MG
CEP 31.010-070



saaemg@saaemg.com.br
www.saaemg.com.br



(31) 3057-8200



Domésticas cidadãs

Por Lucileide Mafra Reis

“Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor.”

Desmond Tutu

A ideia para a criação do programa “Trabalho Doméstico Cidadão” surgiu em uma reunião de sindicalistas filiados ao Conselho e à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas que, juntos, lutam para conquistar igualdade de direitos, garantias e melhorias nas condições de trabalho à categoria desde o início dos anos 2000. No cenário nacional, as domésticas chegam a ter jornadas de trabalho que ultrapassam 15 horas diárias e recebem por seu serviço salário mensal que varia de R\$ 100 a R\$ 790. A maioria das trabalhadoras é de mulheres (92%), têm de três a seis filhos e nível de escolaridade baixo.

Para mudar este quadro e melhorar a qualidade de vida delas, era necessário travar parcerias. Assim, em 2003 começamos a procurar pelos par-

ceiros e o primeiro deles, que permitiria a qualificação do programa, foi o Ministério do Trabalho. Depois, o MEC, já que precisávamos de apoio para melhorar a escolaridade da categoria, pois muitas destas companheiras são analfabetas ou analfabetas funcionais. Em terceiro lugar, fomos ao Ministério das Cidades, pois precisávamos dar moradia digna para essas trabalhadoras. Para viabilizar este objetivo da casa própria, conversamos com a Caixa Econômica Federal, pois precisávamos de um banco para o financiamento das residências populares, já que nesta época ainda não existia o Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Ainda mais parceiros eram necessários e fomos procurar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), já que 70% das trabalhadoras da categoria são mulheres negras. Também apoiou o programa a Secretaria de Políticas para

“A Convenção 189 é muito importante. Com a volta dos trabalhos no Congresso, voltaremos a pressionar o governo para a ratificação do tratado no Brasil.”

as Mulheres (SPM). Com o amparo de todos esses ministérios, secretarias e superintendências, no dia 27 de abril de 2005 constituiu-se oficialmente o programa Trabalho Doméstico Cidadão – incluindo os termos de cooperação técnica para construção de unidades habitacionais à categoria das trabalhadoras domésticas com um valor de R\$ 50,00 por parcela, a ser quitada em dois anos. Tratou-se de uma grande conquista para a categoria.

Outra luta empreendida pela categoria é pela ratificação da convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho, que trata de garantir boas condições de trabalho ao setor doméstico e que foi aprovada em Genebra em 2011. Nós temos alguns direitos assegurados com a PEC das domésticas, mas a Convenção 189 ter entrado em vigor é muito importante, porque reforça a luta nacional para a ratificação no país. Agora, com a volta dos trabalhos no Congresso, iremos recomençar as atividades com reuniões junto à bancada feminina, lideranças e movimento civil para pressionar a ratificação do tratado.

Esta é a primeira norma internacional destina-

da a melhorar as condições de vida de mais de 50 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico no mundo. A Convenção é fundamental. Lamentamos muito o fato de o Brasil não estar entre os países que já a ratificaram. Havia a expectativa de que o Brasil fosse o primeiro a fazê-lo o tratado, devido ao empenho do Governo Brasileiro em aprová-lo em Genebra. No entanto, isso não aconteceu. Os países que já aprovaram a Convenção são Uruguai, Filipinas, Ilhas Maurício, Nicarágua, Bolívia, Paraguai, Itália e África do Sul.

Esperamos, no entanto, que com a garantia de direitos, a elevação da escolaridade, uma moradia digna e uma política de igualdade racial e políticas afirmativas para as mulheres e homens trabalhadores domésticos/os não iremos mudar o mundo – mas certamente faremos as pessoas refletirem sobre o fato de que é preciso batalhar por condições dignas e nunca esquecer que, como dizia Desmond Tutu (bispo sul-africano conhecido por sua oposição ferrenha ao Apartheid), quando você é neutro em situações de injustiça, é porque escolheu o lado do opressor.



Trabalhadoras e trabalhadores domésticos e lideranças reunidos em busca de mais direitos e garantias

Patriarcado e Capitalismo: elos de opressão das mulheres

Por Lúcia Rincón



Lúcia Rincón é coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres e diretora da Associação de Professores da PUC Goiás

Das palavras da saudosa Profa. Loreta Valadares, quando discorre sobre o feminismo emancipacionista, destaco trechos que me parecem centrais para o entendimento do entrelaçamento opressor que existe entre patriarcado e capitalismo. Diz ela que os fundamentos da emancipação estão “no entendimento de que a opressão de classes interliga-se com a opressão de sexo, coincidindo historicamente e se desenvolvendo entrelaçadas no decorrer da história, e a elas entrelaça-se a opressão de raça.”

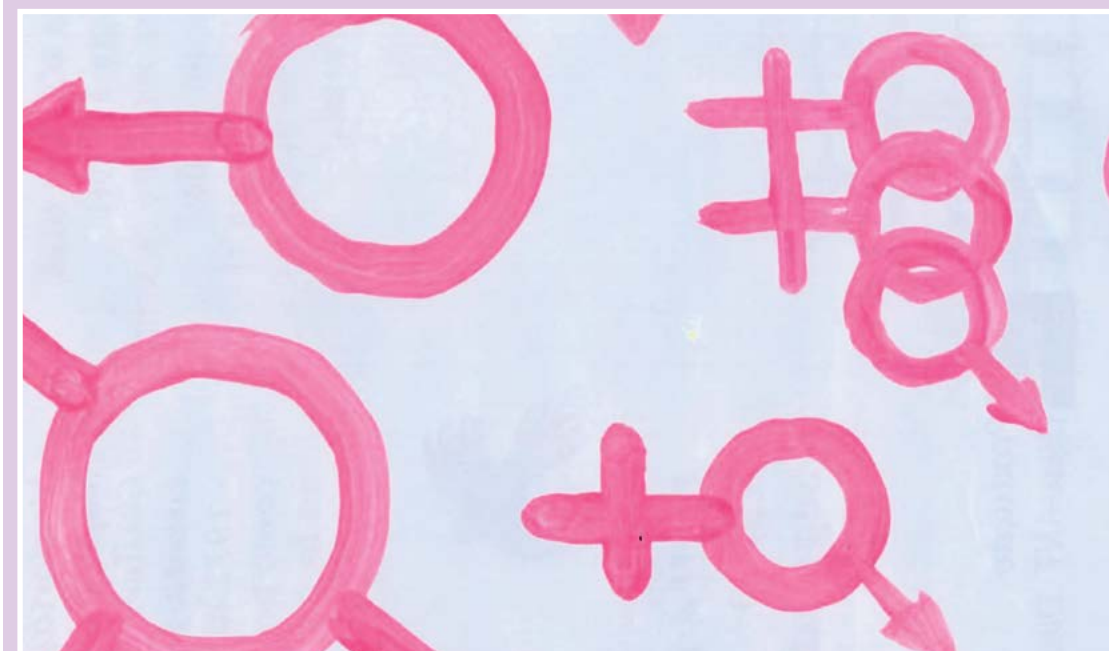
Ora, esta sociedade de classes se organiza de diferentes formas ao longo da história, sendo que a atual é o modo de produção capitalista, onde a exploração da força de trabalho pelo capital ainda é característica estruturante das relações sociais de produção. Loreta destaca o papel determinante que a cultura tem no reforço, reprodução e manutenção da opressão de gênero. Diz ela que é preciso atentar para o “estabelecimento da ótica segundo a qual a opressão de gênero tem bases estruturais, mas se constrói culturalmente, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade, como a de raça.”

Concretamente, esta situação vai se organizando de formas diferentes ao longo da história, e a base das representações de mulher que permeiam nosso universo simbólico tem seu fundamento

em três grandes dicotomias: Homem/cultura X Mulher/natureza; Espaço público X Espaço privado-doméstico; Razões Masculinas X Emoções Femininas. A partir de Homero, historiador grego, já podemos ver dois tipos básicos de mulher: de um lado a feiticeira e, de outro, Penélope, esposa fiel e mãe zelosa, ao passo que o homem, Ulisses, simboliza o poder e a racionalidade patriarcal que controla o poder no espaço público e no privado.

Marx e Engels expõem muito bem os fundamentos desta construção quando afirmam: “Os homens estabelecem relações entre si e com a natureza para prover a sua subsistência e, em razão do crescimento da produtividade do trabalho, se passa à simples divisão do trabalho naturalmente por sexo, idade, depois à divisão do trabalho material e espiritual. Com a divisão do trabalho as contradições aparecem e a escravidão na família é a primeira a se constituir como propriedade, pois o marido pode dispor da força de trabalho da mulher e dos filhos, ou seja, dispõe da propriedade destes, uma vez que tem poder de dispor da força de trabalho dos mesmos.” E se é o homem que passa a ditar as normas, é o pai quem tem poder sobre outros seres humanos e, assim, se organiza o patriarcado, com sua força no poder de explorar o outro ou a outra no processo de produção da vida material.

As reações das mulheres a estes preceitos



basilares da sociedade de classes e ao capitalismo marcam a história de todos os tempos, cuja maior referência são as “bruxas”. O questionamento se aprofunda juntamente com a expansão das ideias de igualdade entre os seres humanos e culminam na Conferência de Beijing, que este ano completa duas décadas, onde a grande polêmica da qual saíram vitoriosas as mulheres foi o reconhecimento do direito das mesmas como direitos humanos.

Assim, não é demais alertar que a superação da opressão assegurada pelo entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo hoje precisa considerar a exclusão social em que vivem as mulheres e as

implicações que daí decorrem, na conformação de sua identidade. É preciso assegurar que as mulheres são seres humanos e como tal, plenas de possibilidades enquanto sujeito transformador da realidade social em busca da felicidade humana.

E, para terminar também com Loreta, é preciso entender que o patriarcado sobrevive ao modo de produção capitalista, pois impregna “os espaços sociais, as instâncias políticas, as formas culturais”, e que “o socialismo é, ainda, o único projeto capaz de abrir passagem ao processo que vise o fim das discriminações de gênero, de raça e de classe”.



Vinte anos depois da Conferência de Pequim, as mulheres seguem em sua luta por direitos iguais



Margaridas se preparam para a maior marcha de todos os tempos

Enfrentando o machismo e o preconceito, mulheres do campo, das florestas e das águas se unem por conquistas antes jamais vistas na história deste país

Por Ludmila Machado



Um grupo ousado de mulheres tem transformado ao longo de quinze anos a vida das trabalhadoras deste país, tornando ativa a participação feminina nas mobilizações sociais e mostrando ao mundo que juntas elas podem muito mais. É com essa força propulsora que nasceu e prosperou a Marcha das Margaridas, a maior

reunião feminista da América Latina, que será realizada nos dias 11 e 12 de agosto, em Brasília. A expectativa da Comissão Organizadora, que conta com integrantes da CTB, Contag e parceiras, é de que esta quinta marcha supere as cem mil margaridas presentes na última, realizada em 2011.

E não é só a ousadia que pode ser vista nos

olhos dessas mulheres, mas também coragem, garra, articulação política, organização social e fé. O discurso é enfático, as palavras são claras e o objetivo é bem definido: erradicar a desigualdade de gênero no trabalho e com ela todas as mazelas vividas por milhares de trabalhadoras do campo e da cidade.

O esforço é contínuo e as conquistas já

podem ser vistas. Conforme explica a secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, Ivânia Pereira, a Marcha das Margaridas se revelou o maior evento reivindicativo de mulheres já construído no Brasil. Algumas políticas implementadas são frutos dessa mobilização. Entre elas, as Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. “Antes das Unidades Móveis, foram criadas as delegacias, depois as secretarias de políticas para as mulheres e as coordenações de políticas públicas, mas isso não chegava à mulher do campo, à trabalhadora rural. Ela sofria violência e não conseguia compreender aquelas agressões como violência”, afirma. Foi a partir do debate de como fazer com que as políticas públicas para as mulheres chegassem ao campo que surgiram as Unidades Móveis. “São ônibus equipados para prestar diversos tipos de atendimento. Funcionam como delegacia da mulher, defensoria pública, psicólogo, advogado, cartório”, enumera Ivânia, e apresenta os mesmos serviços oferecidos na unidade que atende na Amazônia, fruto de parceria com a Caixa. “Isso é um avanço que a gente não imaginava. É fruto do trabalho da Marcha das Margaridas”, ressalta.

Além disso, nem todas as trabalhadoras têm acesso à documentação civil. Para isso, foi elaborado um programa do governo em que os próprios sindicatos facilitam a retirada do documento. “Até agora 70 mil mulheres trabalhadoras rurais foram beneficiadas com esse programa”, afirma. Também resultado das reivindicações da Marcha, as mulheres agora têm direito à propriedade da terra. “Essa é outra revolução na vida das mulheres. Porque elas iam para os assentamentos, eram vítimas de violência e ainda tinham que cozinhar, cuidar das crianças, dar aula. Mesmo com toda essa carga de trabalho, não tinham direito à propriedade da terra. Hoje elas têm o direito não só à terra como à propriedade da casa”, comemora.

Ivânia ressalta que na 5ª Marcha das Margaridas serão discutidos avanços, pois ainda é preciso lutar por uma sociedade plena, com igualdade de direitos. “As trabalhadoras rurais hoje querem melhores condições no trabalho que elas desenvolvem, que as novas tecnologias que são apropriadas pelas grandes empresas rurais cheguem à pequena propriedade também”, destaca. Para a secretária, é preciso focar na valorização do trabalho dessas mulheres. Outro ponto já identificado que precisa de uma solução são as creches. Uma creche dentro dos assentamentos. “É um tema muito importante para a Marcha das Margaridas”, adianta.

Maria das Neves, da União Brasileira de Mulhe-



res (UBM), aposta que este ano será diferenciado para a luta feminista. “As mulheres são maioria do eleitorado e da população economicamente ativa. Elas são a força que move o Brasil. Essa é uma marcha das mulheres do campo, da floresta e das águas, o que representa o que há de mais genuíno, já que são elas que colocam a comida na nossa mesa e constroem esse país”, enfatiza.

Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, da Fetag – MG, acredita que a Marcha é um espaço político que as trabalhadoras rurais conquistaram. “As mulheres vinham ocupando espaço no movimento sindical com muita dificuldade, mas foram se organizando ao ponto de resultar na primeira Marcha das Margaridas, ocorrida em 2000. “Va-

mos agora para a quinta marcha e o importante é que as mulheres vão para as ruas sabendo o que querem”, ressalta. Já para Cristina Pereira, da Fetag – BA, a Marcha foi um grande desafio para o empoderamento das mulheres. “Sabemos que na última foram cem mil mulheres. Nesta vamos pensar maior”, diz ela. “O que nos incentiva a vir é que hoje temos grandes conquistas, como o título da terra, que foi pauta da Marcha.”

Apesar de a marcha ser o maior veículo de mobilização em prol das mulheres e da conquista de políticas públicas, ainda há muito trabalho a ser feito, conforme alerta Valdirene Gomes da Silva, da Fetaesp – SP. “Nossa dificuldade são essas políticas chegarem à base. A gente repete



reivindicações porque não consegue realizar as que aprovamos”, afirma. Para garantir que a força continue a crescer e que a voz das mulheres seja ouvida, é preciso persistir nesse trabalho. Givaneide Oliveira dos Santos, da Fetase – SE, disse que diversas propostas estão sendo reunidas e que logo a pauta será concretizada.

Para aprimorar esse trabalho e transformar a Marcha num momento histórico, a CTB convida todas as mulheres trabalhadoras de todas as categorias, os sindicatos e as federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos para participarem. “Vai ser um esforço coletivo da CTB no Brasil inteiro. Precisamos fazer desta a maior e mais participativa Marcha dos últimos 15 anos”, diz Ivânia Pereira.

JORNAL OLHO CRÍTICO.
A ANÁLISE DOS FATOS COM UM FOCO CLASSISTA



Olho
CRÍTICO

LEIA, CRITIQUE, PARTICIPE! EMAIL: IMPRENSA@PORTALCTB.ORG.BR • CONTATO: 11 3106.0700



Desafios da terceira idade no mundo contemporâneo

Por Margarida Barreto e Roberto Heloani

*"Meu corpo ordena que eu saia / Em busca do que não quero,
e me nega, ao se afirmar / Como senhor do meu Eu / Convertido em cão servil"*

Carlos Drummond

Até o século XX, era comum ouvirmos de nossos pais que lugar de mulher era em casa, pois o homem era o provedor da família e da casa. Essa ideia, de alguma forma, oculta o fato de que as mulheres, após a Revolução Industrial, foram convocadas para trabalhar, ocupando o posto de trabalho do esposo, parente ou desconhecido que foi para a guerra. Com o surgimento da indústria, as mulheres e crianças estiveram por longo tempo nos espaços fabris, em especial na indústria têxtil.

Contudo, as mulheres sempre estiveram - em maior ou menor número - no mercado formal e, mesmo assim, hoje, em pleno século XXI, ainda persistem normas que dificultam, e até impedem, a plena igualdade de direitos. Isto ocorre por persistir um "olhar" enviesado em relação à capacidade laboral das mulheres, o que serve de justificativa para o acesso desigual ao mundo do trabalho. Se, de um lado vem crescendo o contingente de pessoas acima de 40 anos em nosso país nestes últimos dez anos, por outro, cresce vertiginosamente a denominada "terceira idade", ou seja, pessoas acima de 60 anos de idade e que já representam um contingente de 18,5 milhões de pessoas.

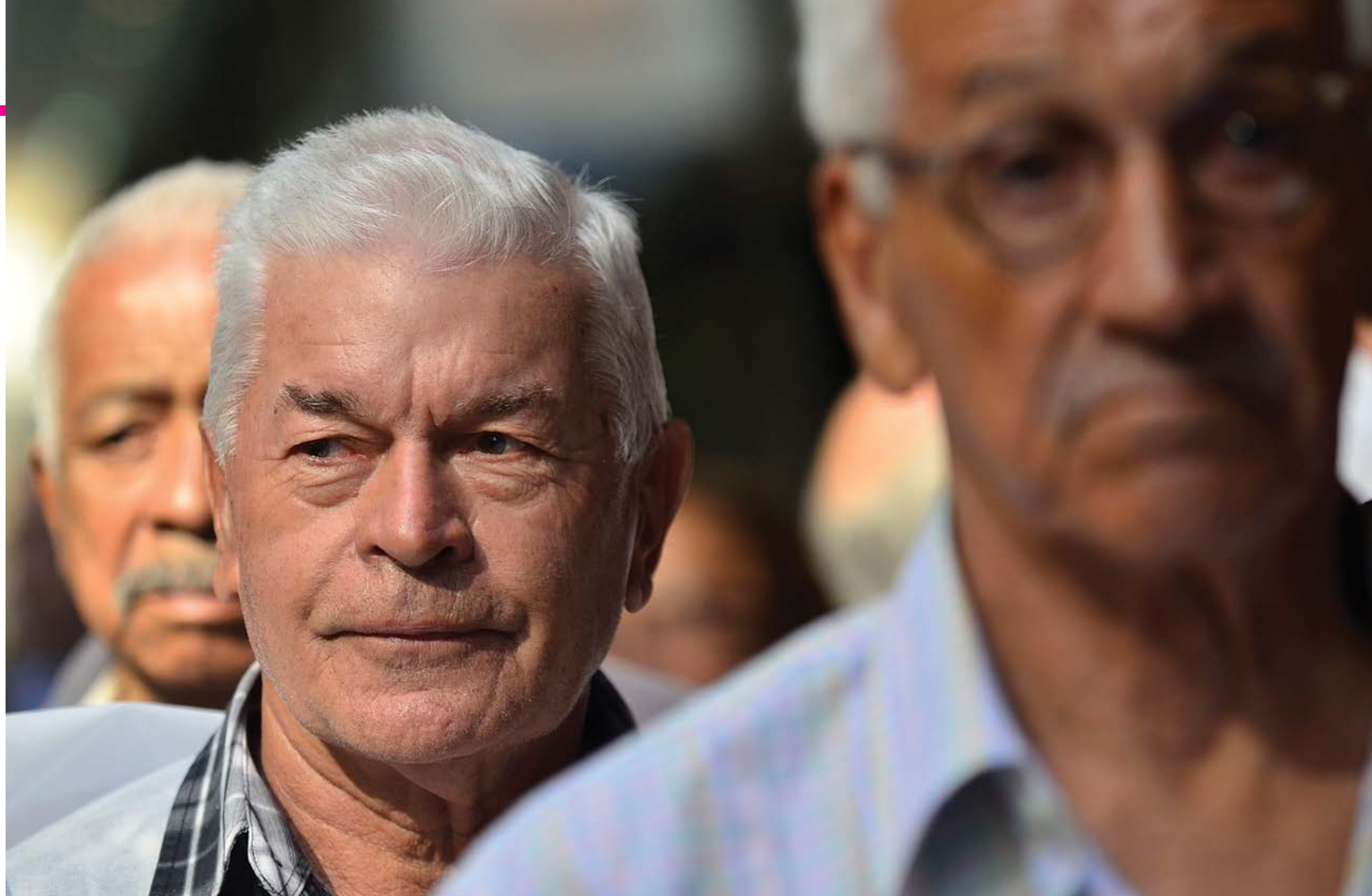
Esse crescimento nos aponta que provavelmente em 2025 teremos 64 milhões de pessoas

acima de 60 anos de idade e, em 2050, um em cada três brasileiros estará nesta faixa etária. Este crescimento se deu, em especial, pelo aumento da esperança de vida, que aumentou nas últimas cinco décadas.

Socialmente, quem está preparado para absorver essa nova realidade, inevitável e previsível - o comércio, a saúde, o governo? O mundo do trabalho? Lembremos que existe um percentual de aposentadas e outras em plena atividade fora do lar, inseridas no mercado de trabalho. Outras tantas ajudam ou mesmo substituem as filhas na educação dos netos. Essas mães-avós o são em tempo quase integral, além de cuidar de suas casas e dos pais que envelhecem. Para elas, a dupla jornada não acabou apesar de afastadas do mercado formal.

Do ponto de vista governamental, são poucos os Estados que têm algo a ofertar, exceto alguns benefícios como transporte público gratuito em Metrô, CPTM e ônibus intermunicipais para idosos com 60 anos ou mais. As companhias de ônibus têm, por lei, a obrigação de reservar vagas em assentos convencionais. Igualmente, existe a meia entrada em alguns serviços privados ou isenção de pagamento em alguns espaços culturais como

Fernando Frazão - Agência Brasil



museus, e outros da mesma espécie. No âmbito federal, há propostas de viagens a um preço mais módico, para aquelas de poder aquisitivo menor.

Entretanto, muito dificilmente esse contingente passa despercebido para o grande mercado. Deste modo, enquanto as ofertas culturais no âmbito público são escassas, o mercado está atento, independente do poder aquisitivo e da classe social de cada uma. Aqui é a lei da oferta ampla que impera e uma intensa campanha de felicidade e prazer para aquelas que podem gastar em compras. Salão de beleza, lojas de roupas e lingerie, agência de viagens, academias, escolas de línguas, convênios que prometem uma boa prevenção à saúde - mas não falam das regras e preços; profissionais de serviços gerais que sugerem adaptações na casa para a nova idade e tantas outras promessas.

Chegam a usar com frequência uma termino-

logia de gestão sedutora para atrair as mulheres, afirmando que existem estilos convenientes de cabelo, de maquiagem, de viagens, de passeios para esta faixa etária. O receituário tem ainda remédios para as angústias e as estratégias lançadas alcançam o objetivo do mercado: sublimar a maturidade, fugir do envelhecer, ocultar o corpo, enganar a morte e ser feliz, comprando. Essa mitologia da transformação das aparências vai tecendo um enganoso e admirável mundo novo para as mulheres. E o medo da solidão vai tecendo um sistema imaginário, em que as mulheres, por mais fortes e reflexivas que sejam, capitulam e compram, satisfazendo os desejos do comércio. Faz-se necessário buscar - para homens e mulheres - uma "vida que mereça ser vivida", orientada pelos princípios de justiça, reciprocidade, igualdade de direitos e respeito à dignidade dos seres humanos.

José Cruz - Agência Brasil



A Justiça que tarda, falha!

Por Ludmila Machado

Com 206 anos de existência, o Superior Tribunal Militar (STM) empossou em junho a advogada mineira Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha como a primeira mulher a assumir a Presidência do órgão. Ela também foi a primeira mulher, em 2007, a ser nomeada para a Corte Militar. Com a fala mansa, articulada e extremamente agradável, características de uma boa mineira, a ministra conta na entrevista abaixo a sua trajetória profissional, a sua história de vida e as lutas sociais que empreendeu.

Mulher de Classe - Presidenta, a senhora acreditava que pudesse ser a primeira mulher a assumir a Presidência do STM?

Esta foi uma das boas coisas da vida. Eu lutei

muito para estar aqui neste tribunal. Desde a época em que eu trabalhava na Advocacia Geral da União. Eu conhecia a história do STM, que é o tribunal mais antigo do Brasil, ao contrário de muitas pessoas, que desconhecem a sua trajetória. Até pelo fato de eu ser esposa de um militar. São várias etapas para se chegar aqui. O presidente da República tem que te indicar. Depois, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprova a indicação. Posteriormente tem a aprovação no plenário. Fazia parte dos meus sonhos e é uma alegria muito grande estar aqui.

Mulher de Classe - Como conseguiu lidar com as questões familiares e ainda se destacar em sua atividade?



Paulo Pinto - Fotos Públicas

"A orientação sexual diz respeito à intimidade da pessoa. Creio que o Estado não pode se imiscuir nisto."

Nós que somos mulheres sabemos como é difícil o nosso papel na sociedade. Eu, por exemplo, não sou mãe, mas eu sou filha. Tenho uma mãe de 91 anos que é como se fosse um bebê. Eu sou uma excelente dona de casa, modéstia à parte. E tem toda essa minha vida profissional, que eu sempre me dediquei.

Fiz minha graduação, a pós-graduação e depois o mestrado em Portugal. Nesse período, fiquei separada dois anos de minha família. Foi uma decisão difícil. Depois me dediquei ao doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e já morava em Brasília. Eu tinha que viajar toda semana para Minas. Foram sacrifícios e escolhas que eu acabei tendo que fazer, mas a mulher tem que congrega tudo isso, mas não é fácil.

Mulher de Classe - Recentemente a senhora defendeu mais tolerância das Forças Armadas em relação à questão de gênero. Com sua chegada à Presidência, algo já mudou nesse sentido?

Este não é um projeto específico que a Justiça possa fazer, pois não existe a penalização da homossexualidade. O que existe no Código Militar é a tipificação da prática sexual dentro do quartel,

não interessando se é homo ou heterossexual. Mas a penalização não é explícita, ela vem no bojo de um preconceito contra os homossexuais e o sexismo. Eu tento, com o meu discurso e com os meus votos, mostrar aos meus pares, que são militares em sua maioria, como é importante a tolerância e o direito que cada um tem a sua orientação sexual. Isso é um problema da intimidade da pessoa, integra a dignidade do indivíduo, e o Estado não pode se imiscuir nessas questões.

Essa é uma briga que eu já venho levando à frente há muitos anos. Já me pronunciei pelo menos em três votos em conselho de justificação, onde foi arguida a indignidade para o oficialato. Você não muda pensamentos e mentalidades com o voto de um dia para a noite, mas eu acho que, de alguma maneira, eu tenho conseguido sensibilizar meus pares. Pelo menos aqui, dentro do Tribunal, eu tenho conseguido.

Antigamente um militar homossexual perdia o posto e a patente. Em todas as vezes que eu briguei, defendi, me pronunciei, ele não foi mantido na Força, é verdade, mas ele não perdeu o posto e a patente. Ele foi colocado na reserva, que é uma aposentadoria remunerada. Já tive um almirante



que me acompanhou nesse voto. São mudanças paulatinas, mas eu acho que são significativas, porque é o pensamento social que tem que mudar, é a cultura. E não são só os militares, a sociedade como um todo é homofóbica. Eu faço um trabalho de quebrar o preconceito. E como diria Einstein, "isso é mais difícil que quebrar um átomo".

Mulher de Classe - A senhora afirmou que a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos e privados é condição para o aperfeiçoamento da democracia. O que pode ser feito?

Com certeza. Essa é uma das bandeiras que eu

teve a sensibilidade de indicar uma mulher foi o presidente Lula, que se deu conta de que aqui não tinham mulheres, e é a Justiça mais antiga que o país possui.

Eu entendo que as mulheres têm muito mais estabilidade e inteligência emocional que os homens. Por essa nossa faceta de ter que dialogar com tantos atores sociais diferentes, a gente tem que encampar tantas lutas diárias que parecem pequenas, mas são imensas, quando soma isso tudo, nós somos muito mais diplomáticas do que os homens. Além disso, uma pesquisa revelou

José Cruz - Agência Brasil



levanto. Aqui na Justiça Militar a maior parte das mulheres que integram os nossos quadros ingressou por concurso de provas e títulos. O ingresso é meritório. Tem muitas mulheres aqui, muitas diretoras. A maior parte das pessoas que me assessoram são mulheres. Eu acho importante você casar o discurso com a prática. Não basta falar.

Agora, as ministras, eu sou a primeira e a única até hoje, e não é por responsabilidade das Forças Armadas, é por responsabilidade do presidente da República, porque o único que

que as mulheres são muito mais incorruptíveis. O índice de corrupção entre as mulheres é muito menor do que entre os homens. Nós estamos com tudo a nosso favor. Nós merecemos alcançar os mais altos postos, tanto na vida pública quanto na vida privada.

Mas nos tribunais superiores nós somos minoria, pois é feito por indicação. Quando a escolha é política, as mulheres estão em menor número. Quando a escolha é por mérito, as mulheres estão em maior número. Isso é sintomático da

sociedade em que vivemos.

Mulher de Classe - A luta por mais mulheres na política é importante para a vida do país em que sentido?

As mulheres dentro dos parlamentos não ocupam aquelas comissões-chave da República, como a Comissão do Orçamento, por exemplo. As mulheres ocupam comissões de saúde, que são importantes, são fundamentais, mas o orçamento é decisivo, pois é ele que vai deslocar verba para as políticas públicas desenvolvidas.

As mulheres são preteridas em cargos ou

dades infinitas de recursos, que só procrastinam as decisões que já foram tomadas.

Acho que é muito importante desenvolver a conciliação extrajudicial, acho que é um mecanismo civilizado que as sociedades sãs adotam antes de se judicializar tudo. Aqui no Brasil a pessoa leva um tropeção no meio da rua e judicializa.

A grande vantagem da Justiça Militar é exatamente esta: nós julgamos os nossos processos. E somos muito criticados porque temos poucos processos, que para mim não são tão poucos assim. Nós julgamos uma média de dois mil

"Antigamente um militar homossexual perdia o posto e a patente. Em todas as vezes que eu briguei, defendi, me pronunciei, ele não foi mantido na Força, é verdade, mas ele não perdeu o posto e a patente. Ele foi colocado na reserva, que é uma aposentadoria remunerada."

em locais onde se entende que ainda há uma predominância masculina e se entende que deve permanecer essa predominância. São esses paradigmas que têm que começar a ser quebrados. E já estão sendo quebrados, de certa maneira. Só que a história não caminha em saltos, ela é um processo continuado.

A mulher ocidental não podia votar, não podia frequentar uma universidade, porque não podemos esquecer que há uma realidade cruel, bárbara, com a mulher muçulmana, com a mulher dos países do oriente, que tem outro tratamento. A religião oprime ao invés de libertá-la. Ainda existe uma série de medidas que são sempre feitas para diminuir, para massacrar, para amordaçar a voz feminina. E isso tem que ser combatido.

Mulher de Classe - A justiça brasileira funciona bem? O que precisa mudar ou aperfeiçoar?

A Justiça brasileira faz o que pode. Ela funciona bem na medida em que ela é assoberbada de processos e não tem tempo para julgá-los. O que eu acho que deveria ser feito é uma reforma profunda nos códigos para impedir essas possibili-

processos por ano, num universo de crimes penais somente, não julgamos matérias cíveis, trabalhistas ou tributárias. Nossos agentes são civis e militares. E os militares, por sua natureza, sua disciplina, eles são menos infratores do que os civis. A cadeia de comando, de alguma forma, atua como um freio para o militar.

Na verdade, a Justiça ordinária deveria nos ter como exemplo. O que está certo é aqui. Nós podemos julgar nossos processos com calma, com tranquilidade. Podemos ler da primeira à última folha. Nós exercemos a justiça como ela deve ser feita.

Atendemos as nossas demandas como deve ser feito, a tempo e a hora. Porque a pena aplicada vinte anos depois do cometimento do crime, ela se perde no tempo. Não tem sentido. Foi o que aconteceu em Eldorado dos Carajás e o que aconteceu com o massacre do Carandiru. Uma barbaridade daquelas ser julgada 22 anos depois. Qual a função pedagógica da pena num caso desses? Nenhuma. Justiça que tarda, falha! Essa é uma verdade, seja ela ordinária ou especial. Tardou? Falhou.

PODER FEMININO

Por Érika Ceconi

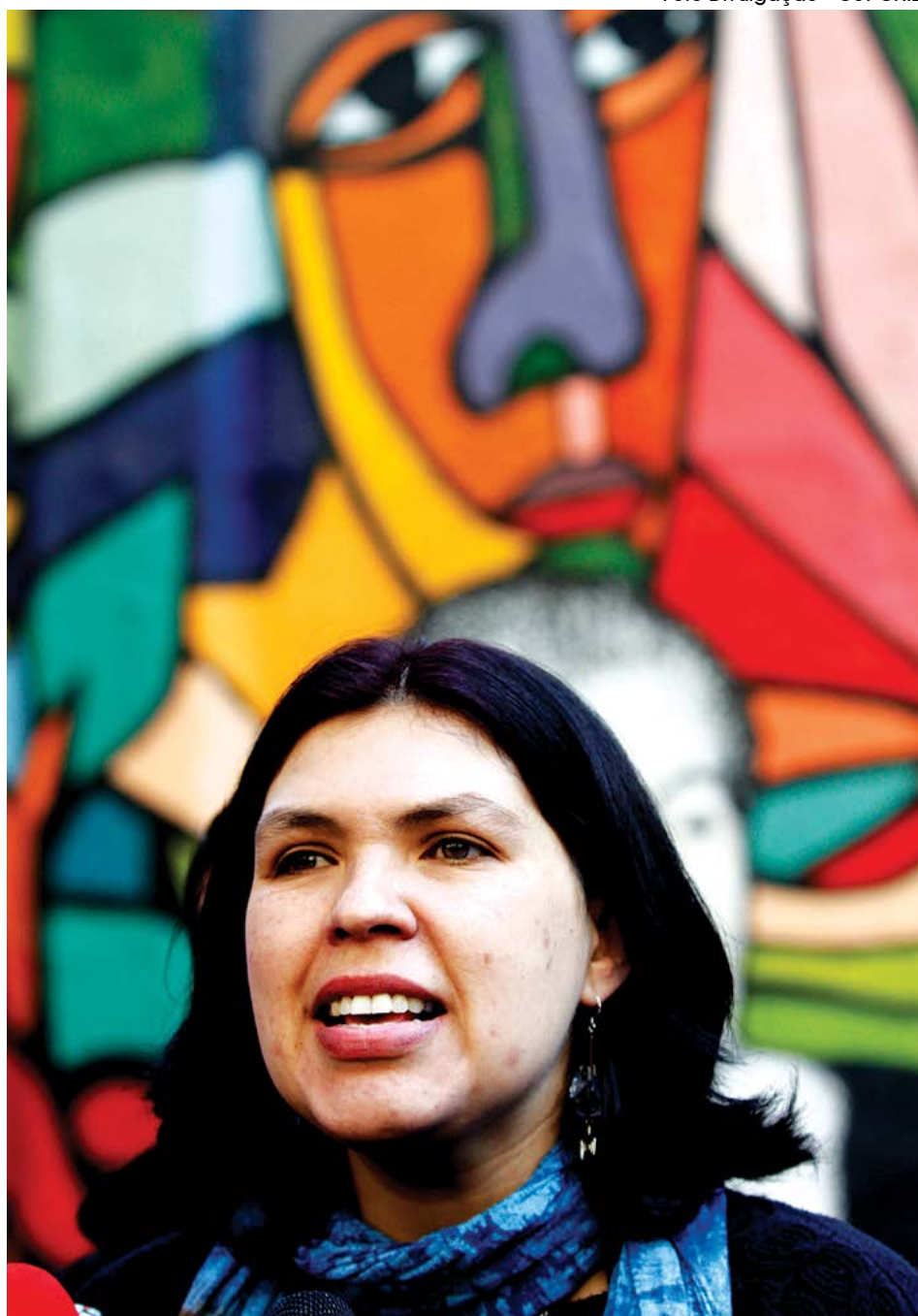
Os chilenos podem se orgulhar de dois feitos inéditos em sua história recente: a reeleição da presidenta Michelle Bachelet, primeira mulher a assumir o cargo máximo da nação (ineditismo compartilhado com o Brasil de Dilma Rousseff). E, na luta de gênero são pioneiros em outro avanço, este no mundo do trabalho: o país é o primeiro na América Latina a ter uma mulher como dirigente de uma central sindical. Neste ano, as duas estarão juntas em um grande desafio: a reforma trabalhista.

Assinado em dezembro de 2014, no Palácio de La Moneda (sede da presidência chilena), o Projeto de Lei que moderniza o sistema de Relações Trabalhistas já está em tramitação no Congresso do Chile. Entre as principais medidas que contempla estão o fim da substituição de trabalhadores em greve, a ampliação da cobertura da negociação coletiva e o fortalecimento dos direitos da mulher e dos jovens. Esta é a atual bandeira de luta da classe trabalhadora e o maior desafio a ser enfrentado este ano pela professora e sindicalista chilena Bárbara Figueroa, 35 anos, presidenta da CUT, e primeira mulher a se eleger dirigente de uma central sindical na América Latina.

Militante comunista, Bárbara assumiu a direção da CUT do Chile em 2012. Para ela a questão de gênero é também uma bandeira de luta já que o tema ainda precisa avançar muito não só dentro do movimento sindical, mas em toda sociedade. Ela diz não ter sofrido preconceito pelo fato de ser mulher e jovem num ambiente majoritariamente masculino. Professora de Filosofia, ela ingressou no mundo sindical ainda quando cursava o terceiro ano da faculdade e começou a dar aulas. Filiou-se ao Sindicato dos Professores e foi dirigente nacional da categoria. Em 2012 conquistou a presidência da CUT ao derrotar Arturo Martínez, que estava há 12 anos na liderança da central.

A sindicalista destaca que “ainda faltam mulheres no movimento sindical em quantidade e representatividade, já que os sindicatos maiores, em geral, são conduzidos por homens”. Ela afirma que existe uma carência de políticas públicas voltadas para as cidadãs chilenas.

Foto Divulgação - CUT CHILE



“No mundo do trabalho observamos não só a diferença salarial, mas também profissional. Por que não encontramos empresárias destacadas neste país?”

“Não há incentivo para a nossa incorporação a nível político. No mundo do trabalho observamos não só a diferença salarial, mas também profissional. Por que não encontramos empresárias destacadas neste país?”, questionou em entrevista para a CNN Chile.

Bárbara reconhece, no entanto, um sensível crescimento do protagonismo da mulher chilena na política nos últimos anos, o que se nota com a eleição e posterior reeleição da presidenta Michelle Bachelet, primeira mulher no comando do país, e o surgimento de lideranças estudantis como Camila Vallejo, deputada eleita com um número recorde de votos em 2013.

E agora que a presidenta Bachelet deu formalmente início às reformas estruturais em que prioriza a reforma trabalhista, Bárbara e todo o movimento sindical estão concentrados na aprovação do projeto, considerado um avanço para a classe trabalhadora, com algumas ressalvas. A CUT manifestou “preocupação” com alguns pontos do texto. De acordo com Bárbara, o excessivo controle do Estado no processo de negociação coletiva é uma questão que precisa ser debatida com mais profundidade.

Bárbara promoveu encontros e seminários para analisar, junto aos sindicatos, o projeto apresentado e debater o que precisa ser melhorado. As alterações, aprovadas pela direção nacional da central, serão encaminhadas para o parlamento chileno este mês. “Após mais de 30 anos é justo e necessário que se salde esta dívida com os trabalhadores e trabalhadoras do Chile. A reforma trabalhista irá devolver o poder à classe trabalhadora, por isso vamos brigar no parlamento para que nossas reivindicações sejam atendidas”, diz ela. Bárbara, que é divorciada e tem um filho de oito anos, almeja terminar seu mandato com esta missão de honra cumprida: “É o legado que gostaria de deixar. Ter a tranquilidade de dizer que não só lutamos, mas conquistamos. Em um mundo onde o sindicalismo é visto como um problema, sentir que sua central está lutando por seus direitos e conquistando melhorias é impagável”.



Jenny Dauvergne é assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CTB

As mulheres e a luta por direitos na França

Por Jenny Dauvergne

A Revolução Francesa (1789-1799) derrubou o antigo regime e permitiu que a burguesia ascendesse à classe social dominante, mantendo os homens no poder. As mulheres, no entanto, continuaram relegadas à condição de seres de segunda classe. Em 1791, apenas dois anos após a declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a escritora francesa Olympe de Gouges publicou a “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã” preconizando a emancipação das mulheres através da igualdade de gênero. Em seu livro, ela defendia que a mulher deveria ser considerada como cidadã de plenos direitos.

Por suas reivindicações humanistas e feministas, Olympe Gouges foi guilhotinada em 1793 e é considerada hoje uma das primeiras feministas da história. Os revolucionários proibiram a organização de clubes de mulheres, o direito de tomar a palavra nas tribunas e até reuniões de mais de 5 mulheres em vias ou espaços públicos. Em 1799, o governo revolucionário também proibiu que as mulheres trajassem calças compridas. Por mais incrível que possa parecer, esta proibição vigorou até 1980 para todas as deputadas francesas em seu acesso à Assembleia Nacional.

O imperador Napoleão Bonaparte, que se divorciou da sua primeira esposa Josephine por ela ser estéril, foi um dos grandes carrascos da causa feminista. Em 1804, o Código Napoleônico

bloqueia o seu acesso ao trabalho, aos liceus e universidades, excluindo-as de qualquer direito político, e também previa duras punições às esposas em casos de adultério. Nesse mesmo ano nasce em Paris George Sand (1804-1876), pseudônimo literário de Aurore Dupin, que adotou um nome de homem para evitar que o preconceito sexista a impedisse de ganhar a vida como escritora. Utilizou a sua literatura como uma arma, defendendo a emancipação da mulher, suscitou numerosos escândalos pela sua vida amorosa agitada e a vestimenta masculina que trajava.

Com a revolução industrial a pleno vapor, cada vez mais mulheres deixam suas casas para trabalhar. A confrontação com a desigualdade de salários acelera a conscientização feminista dentro da classe operária. Em 1869, o estado americano de Wyoming abre o caminho autorizando o voto feminino. Nova Zelândia será o primeiro país a fazê-lo em 1893. Essas conquistas históricas encorajaram as feministas do mundo inteiro a seguir lutando pelo direito ao sufrágio. A Finlândia se tornará em 1906 o primeiro país europeu a permitir o voto feminino, seguido pela Noruega. A França foi um dos últimos países da Europa a assegurar o direito ao voto e de elegibilidade para as mulheres, o que ocorreu em 21 de abril 1944. Em 1949, Simone de Beauvoir (1908-1986) publica “O Segundo Sexo”. O livro, uma das principais obras do movimento feminista, analisa a situação da mulher sob uma perspectiva sexual, psicológica, histórica, política e social e discute as possibilidades que podem levar à libertação das mulheres.

O direito da mulher a dispor do seu corpo é o princípio de base da emancipação feminina. A autorização da venda de contraceptivos em 1967 com a lei Neuwirth marcou uma vitória histórica das feministas francesas. A luta pela legalização do aborto foi mais longa. Em 1942, durante a ocupação nazista, a França declara o aborto “crime contra o Estado.” Quatro décadas mais tarde,

em 1971, a revista “Nouvel Observateur” publica a declaração de 343 mulheres que declaram ter abortado, entre elas figuras públicas como Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve, Jeanne Moreau e Marguerite Duras. A pressão da rua, organizada, se fez cada dia mais forte e, em 1975, com Simone Veil, ministra da saúde, o aborto é finalmente permitido em até 10 semanas de gestação, em 2001 o limite passa a 12 semanas.



PIONEIRAS As escritoras francesas George Sand (pseudônimo de Aurore Dupin) e Olympe de Gouges

DESAFIOS ATUAIS

No Fórum Econômico Mundial sobre a Paridade de Gênero, a Islândia ocupa o primeiro lugar, como nos últimos cinco anos à frente da Finlândia, Noruega e Suécia. Se a França detém posições de liderança mundial em termos de igualdade de acesso à educação e saúde, ela cai na classificação geral da organização para o 45º lugar em 2013 pela gritante desigualdade nos campos de participação política (45º lugar) e oportunidades econômicas (67º lugar). Em 2010 o salário mensal médio dos franceses era de 2.263 euros e das francesas, 1.817 euros.

Um projeto aprovado no ano passado, de autoria da ministra dos direitos das mulheres,

Por suas reivindicações humanistas e feministas, Olympe Gouges foi guilhotinada em 1793 e é considerada hoje uma das primeiras feministas da história.

Najat Belkacem-Vallaud, promete mudanças neste cenário. Prevê que as grandes empresas (a partir de 500 empregados) devem ter 40% de mulheres no comitê de direção e concede um prazo até 2017 para que elas se adequem. A nova lei deverá permitir um novo arranque nos direitos das mulheres e fazer valer os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, tão caros à causa feminista, valores estes fundadores e essenciais da República francesa. Como o escritor francês Stendhal já afirmava em 1822: “A admissão das mulheres na igualdade perfeita seria o marco mais seguro da civilização, dobraria a força intelectual da raça humana e suas possibilidades de felicidade.”



Laura Porcel é assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CTB

A emancipação da mulher na América Latina

Por Laura Porcel

Já se passaram mais de cem anos desde a primeira celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1909, mais de 90 anos desde que, em Loja, Equador, Matilde Hidalgo emitiu seu voto histórico, o primeiro de uma mulher numa eleição na América Latina, e outras oito décadas desde que a senhora Prudencia Ayala, de El Salvador, desafiou o sistema político e social aparecendo como candidata para a Presidência da República.

Na última década tivemos exemplos de países da América Latina que elegeram democraticamente suas presidentas ou primeiras-ministras, tais como Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Jamaica e Trinidad e Tobago, contribuindo para o empoderamento das mulheres. O conteúdo destas lutas abriu espaço para a promoção de políticas públicas com perspectiva de gênero. Atualmente, há mudanças em curso que favorecem o avanço nos direitos das mulheres, entre elas uma cultura conduzida por esses novos governos progressistas que abrem caminho para uma sociedade de homens e mulheres livres, com igualdade de acesso às oportunidades.

A mulher na América Latina vem se afirmando não apenas como um sujeito social, mas também

como sujeito político e histórico. É imperativo estabelecer um vínculo efetivo entre o rico acervo de experiências femininas no amplo campo da esquerda em relação à mudança social.

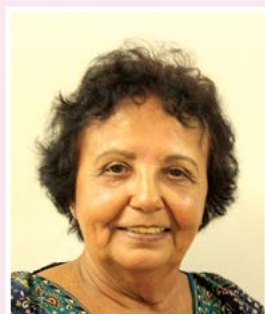
Na América Latina e no Caribe, ainda estamos muito distantes da meta de 30% de mulheres em posições de liderança, conforme estabeleceu a Declaração de Pequim, em 1995. As mulheres ocupam apenas 22% dos assentos parlamentares. Em janeiro de 2011, apenas 28 países no mundo haviam atingido este percentual - e seis deles estão em nossa região (Argentina, Cuba, Costa Rica, Bolívia, Equador e Guiana). Desse total de 28 países, pelo menos 23 foram capazes de aumentar a participação das mulheres com medidas positivas, as cotas, que constituem um sistema eficaz para promover o acesso das mulheres aos centros de poder no curto prazo.

A participação feminina na política possibilitou importantes conquistas. Um estudo da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) mostrou que as legisladoras do país eram mais favoráveis que os legisladores a apoiar leis relativas aos direitos das mulheres e da família. Esforços organizativos dessa natureza levaram à adoção das leis para inibir a violência doméstica na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, República Dominicana, México e Peru.

Nosso continente não está à margem de retrocessos nas conquistas alcançadas e o movimento sindical feminino precisa ter consciência de sua responsabilidade nesse processo histórico. Nosso desafio é defender e aprofundar essas conquistas. O neoliberalismo está longe de ser superado, inclusive nos países onde obtivemos maiores avanços sociais, como é o caso do Brasil da presidenta Dilma, que enfrenta hoje uma forte ofensiva golpista de forças da direita. É a partir da luta da classe trabalhadora que repudiaremos todo e qualquer retrocesso.

7 ANOS DE LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO.





Formando lideranças femininas

Celina Arêas é Secretária de Formação e Cultura da CTB

Por Celina Arêas

Durante a Revolução Francesa, em 1789, as mulheres levantaram a bandeira “liberdade para trabalhar” e, ainda hoje, em 2015, levantamos a bandeira “liberdade e direitos iguais no trabalho, na política e no movimento sindical. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) nasceu com a bandeira de lutar por iguais direitos da mulher e dos homens e tendo a consciência de que essa é uma luta de classe. Com o objetivo de avançar nesse sentido, a CTB realiza cursos de formação de lideranças sindicalistas femininas para que, nesse ambiente, as mulheres possam deixar desabrochar seus medos, seus protestos, seus sofreres, suas indignações, seus sonhos, seus desencontros, a opressão cotidiana, o sentimento de discriminação no mundo do trabalho, sem medo de serem ridicularizadas.

Podemos questionar: por que cursos só para mulheres? Essa não é uma luta de homens e mulheres? Essa não é uma luta de classe? Sim, no entanto, o que nós proporcionamos e queremos é que as mulheres tenham um momento em que possam falar, sem medo de serem criticadas sobre as suas angústias, limitações e incertezas. Que falem bem alto

que é bom ser mulher, mas que é preciso conquistar direitos iguais em todas as instâncias de poder. Sabemos que essa é uma luta de homens e mulheres, mas nós mulheres necessitamos de um espaço nosso para que tenhamos, inclusive, consciência de que precisamos conquistar esse lugar também no movimento sindical. Temos certeza de que a luta maior

é a luta de classes e, para que trabalhadores conquistem uma sociedade justa, essa consciência é imprescindível.

Com o objetivo de empoderar as mulheres, de formar a consciência política e fazer com que elas se sintam capazes de assumir lugares que lhes pertencem por direito, a

CTB tem como prioridade a formação político-sindical-ideológica dos trabalhadores e trabalhadoras. A experiência obtida nos cursos de formação de lideranças femininas tem mostrado que é muito importante capacitar as mulheres para a luta por igualdade de direitos e a CTB teve uma grata surpresa nos cursos em Porto Alegre com mulheres sindicalistas urbanas e rurais e na Bahia com mulheres sindicalista metalúrgicas. A nossa proposta é estender a outros estados brasileiros estes cursos de formação de lideranças femininas.

“Para avançar na luta pelo empoderamento da mulher no mundo do trabalho é importante focar na formação política das trabalhadoras”

Por uma educação não sexista!

Por Marilene Betros

A II Conferência Nacional da Educação (CONAE), que aconteceu em novembro do ano passado, em Brasília, foi um importante espaço para o fortalecimento da participação da sociedade e, em especial, das mulheres na elaboração de proposições para o estabelecimento de políticas públicas para a educação. Repensar o papel social da escola significa também reforçar a bandeira da educação “não sexista”. Quando assumimos esta bandeira estamos reconhecendo que a escola não deve trabalhar de modo a reproduzir as discriminações e desigualdades de gênero. É preciso mudar comportamentos e atitudes que estão amplamente presentes, seja nas práticas com alunos e alunas, seja nos livros didáticos, seja nas políticas educacionais e no modo de inserção de professores e professoras nas salas de aula.

A participação das mulheres no CONAE foi bastante expressiva e abordou temas como a garantia de condições de permanência na escola, Políticas Públicas para Superação da Violência no Ambiente Educacional, ambas relacionadas ao Eixo 2 - Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos. A realidade dos avanços e retrocessos na cultura política de nossa sociedade e na estruturação do Estado para proteger os direitos de nós mulheres nos exige reiterar que a persistência dessas práticas, mesmo na vigência da Lei Maria da Penha, só reafirma que a violência contra nós mulheres é um problema não da relação privada, mas uma questão pública e até civilizatória, porque não é possível o avanço de qualquer sociedade enquanto houver desigualdades entre homens e mulheres. Os nossos desafios, portanto, continuam atuais.



Marilene Betros é vice-coordenadora da APLB-Sindicato e titular da Secretaria da Mulher da CTB-Bahia

Cabe à escola educar os jovens para fazerem uma leitura crítica da realidade, questionarem os valores vigentes, estimular a mudança de comportamentos e atitudes nas relações interpessoais, estimular a busca de soluções. Neste sentido, a comunidade precisa participar da vida da escola, ou melhor: a escola precisa participar da vida da comunidade.

Nas diversas sociedades de classes, nas quais há a opressão de uma classe sobre a outra, ocorre o antagonismo entre homem e mulher, e portanto a opressão também de gênero. O papel de subalternidade da mulher vem sendo reforçado, sobretudo através da educação, que procura impor padrões diferentes para homens e mulheres. Em casa, na escola, nos meios de comunicação, a mulher sempre aparece caracterizada por suas “especificidades” de docilidade e fragilidade, e o homem por suas características de força, inteligência e supremacia.

No geral, a escola não consegue cumprir o seu papel social e tem funcionado mais como uma instituição que reproduz os valores da classe dominante. Uma educação não sexista busca promover a igualdade entre homens e mulheres, que precisam ser instrumentos de democracia, por meio dos quais se ensinam valores universais de humanidade, tolerância à diversidade, respeito à orientação sexual e à raça, a superação de preconceitos e a construção de pessoas comprometidas com a igualdade de direitos e com a cultura de paz.



Creche noturna atende comunidade carente em São Paulo

Por Celina Arêas, Ivânia Pereira e Márcia Viotto

Inaugurado em 2004, o Centro de Educação Infantil Estêvão Rei (Ceiser) atende a comunidade do bairro de Paraisópolis, onde mantém a única creche funcionando em período noturno na zona sul da capital paulista. A equipe de Mulher D'Classe foi conferir de perto as atividades desenvolvidas com as crianças nos três períodos de funcionamento. Coordenadora do Ceiser desde o seu início há dez anos, Rozeli Neubauer explica de onde partiu essa ideia, conta como funciona o projeto e a forma como é recebido pela comunidade.

O Ceiser, que é autorizado pela Delegacia

Regional de Ensino, é integralmente mantido por uma entidade religiosa, o mosteiro São Geraldo.

“A creche é totalmente gratuita e não recebe nenhuma verba pública. A proposta de creche noturna surgiu para atender à demanda das famílias carentes desta comunidade”, explica Rozeli. “Atendemos até às 23:30h e hoje nós temos 280 crianças em diferentes horários”.

Segundo Rozeli, as crianças que entram pela manhã participam das atividades normais do projeto da Educação Infantil e o horário da saída pode se estender até às 18h30, conforme a ne-



Áreas de recreação do Ceiser, em Paraisópolis: primeira creche noturna na zona sul de São Paulo



cessidade da mãe. “As crianças que entram às 13h ficam até às 23h e, além da Educação Infantil, participam do outro projeto, intitulado Noturno”.

A creche atende crianças de 4 meses a 5 anos completos. Para que a mãe faça a inscrição é necessário que ela esteja trabalhando. “Se a mãe não estiver trabalhando nem fazemos a inscrição”, revela. “Necessitamos de um critério bem objetivo porque a demanda é muito grande”. No turno da noite o projeto recebe crianças e jovens com até 14 anos.

Hoje o projeto funciona 16 horas diárias, e todos os educadores contratados têm o curso de pedagogia completo. “Não temos nenhum educador sem formação”, garante. A jornada de trabalho varia de 30 a 44 horas semanais. A proposta pedagógica utilizada pelo CEISER é baseada na pedagogia de Projetos, uma metodologia de trabalho educacional que tem por objetivo organizar a construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas, de forma

coletiva, entre alunos e professores. Também tem influências da pedagogia Waldorf, desenvolvida pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner, e que incentiva e encoraja a criatividade e a imaginação visando formar indivíduos com pensamento livre e autônomo.

Esse ano o projeto que norteou muitas das atividades da escola foi sobre a Hungria, país de onde vieram os monges que mantêm a organização não governamental responsável pela creche. “O objetivo deste projeto foi mostrar às crianças e jovens quem criou, construiu e mantém o CEISER”, conta Rozeli Neubauer. No Ceiser, cada educador conta com um horário especial reservado para o planejamento e, enquanto eles planejam, o auxiliar de sala assume as crianças. Para inscrever os filhos tanto na Educação Infantil como no projeto da noite, chamado de Centro de Integração Cultural, as mães precisam apresentar a carteira profissional ou uma declaração de que estão estudando.

A partir da inscrição, a mãe deve aguardar a vaga. Ela será chamada por ordem de chegada ou por situações de risco, explica Rozeli. “Analisamos a condição socioeconômica da família, tendo sempre em vista que todos precisam do serviço. A matrícula efetuada no ano não garante a continuidade no ano seguinte. É condição essencial que as mães estejam trabalhando ou estudando. E se ficar desempregada ou terminar o curso, precisa informar porque temos que dar oportunidade a outras”, diz. Mas o Ceiser concede à mãe que se desemprega enquanto o filho está matriculado na instituição um prazo de três meses para voltar ao mercado de trabalho. No entanto, se a mãe omitir a informação e a direção da escola ficar sabendo, ela pode perder a vaga do filho. “Isso consta no regulamento, afinal as famílias participam de todo o processo pedagógico, acompanham os trabalhos e o desenvolvimento das crianças. É uma norma educativa”.

Assessoria Leci Brandão



“Educação é a salvação do país”, diz Leci Brandão

Por Arthur Dafs e Marcos Ruy

A sambista e deputada federal Leci Brandão, reeleita em 2014 para o seu segundo mandato, concedeu entrevista ao Portal CTB em seu gabinete na Assembleia Legislativa, em São Paulo, uma semana antes do Carnaval. Sem papas na língua, ela condenou os salários “vergonhosos” pagos aos professores, disse que educação é a salvação da juventude brasileira e criticou o racismo velado no carnaval brasileiro. Sem fazer mesuras ao Rei Momo, ela disparou: “Existe sim racismo no carnaval. Basta observar os destaques dos carros alegóricos nos desfiles das escolas de samba. O que mais se vê são mulheres loiras e famosas”. Ela critica o que chama de “invasão de celebridades” e o uso equivocado que vem sendo feito do termo “celebridade”. “Celebridade para mim é a Clementina de Jesus”, diz Leci, referindo-se à grande sambista brasileira, já falecida, que imortalizou em sua

voz canções como *Tantas você fez* e *Marinheiro só*, entre muitas outras. Para Leci, assunto sempre na ordem do dia é Educação: “É a salvação do país. Educação e cultura são os pilares que vão dar sustentação à juventude deste país e a outros projetos de engrandecimento da nação, temos que parar de apenas construir presídios”. Leia abaixo a entrevista na íntegra:

Mulher de Classe - A vida da mulher negra vem melhorando no país?

Sim. Desde que foi criada a Seppir (Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial), muitas ações têm sido feitas por diversos órgãos públicos vinculados à Seppir. Além desses órgãos oficiais, muitas entidades do movimento negro vêm buscando conscientizar as pessoas de que a mulher negra não é mulher objeto. Na hora da folia essas mulheres passam a ser importantes, mas na hora de dar um emprego

“Celebridade para mim é a Clementina de Jesus”

legal, emprego executivo, ninguém quer saber.

Mulher de Classe - Como a sra. avalia o protagonismo das mulheres negras no carnaval?

Eu gosto muito das passistas que têm muito samba no pé. Só que cada vez existem menos passistas nas escolas. Nos destaques dos carros alegóricos o que mais se vê são mulheres loiras e famosas. As celebridades...

Celebridade? (risos) Celebridade para mim é Clementina de Jesus, Cartola, Pixinguinha e muitos outros nomes da nossa cultura popular.

Mulher de Classe - As políticas de cotas ajudam?

Algumas ações do governo federal ajudaram a melhorar a situação dos negros sim. Muitas universidades públicas respeitam essa questão, mas em São Paulo ocorre uma resistência muito forte por parte de reitores, de professores, de estudantes e da sociedade de uma maneira geral. Predomina a visão escravagista onde os negros devem ficar com os piores trabalhos, mais mal remunerados. Servem para cozinhar, lavar, limpar. Nunca para estar nos bancos escolares e nos bons empregos. Aqui em São Paulo, o negro serve para batucar, para sambar, mas não serve para estudar na carteira de uma universidade pública.

Mulher de Classe - O que a sra. pensa da crise hídrica em São Paulo?

A crise se agravou devido à falta de planejamento do governo do estado. Não somente do atual, mas dos que passaram antes também. Tivessem pensado nessa questão do meio ambiente e do abastecimento de água de fato, acho que a gente não estaria passando por isso. São Paulo é um estado grande que tem diversos rios, mas ninguém se tocou da necessidade de se investir em

captação de água. A água está faltando na casa, principalmente dos mais pobres, faz tempo.

Mulher de Classe - O que a sra. pensa da democratização dos meios de comunicação?

Acho que sim, se todo mundo tiver o mesmo espaço com os mesmos direitos tudo pode melhorar. Tem que acabar com essa mídia de família. Tem família que manda no Brasil inteiro. Está na hora de acabar com essa visão de pensamento único. No Brasil há muita diversidade e isso precisa estar presente nos órgãos de comunicação constantemente.

Mulher de Classe - Por que o ensino da história da África e dos negros ainda não acontece nas escolas de todo o país, como prevê a Lei 10.639/2003?

É uma questão de vontade política. Já passou da hora de os secretários da educação de todos os estados e municípios determinarem que a lei seja cumprida.

Mulher de Classe - Como a educação pode transformar a vida das pessoas?

A salvação do país e de nossa juventude está na educação e na cultura. São os dois pilares que vão dar sustentação a todos os outros projetos de engrandecimento da nação. Se não for dada a atenção devida para isso, estaremos mal. Hoje ninguém sabe escrever, ninguém lê e todo mundo tira zero em redação. E a internet tem muita responsabilidade nesse processo. Os jovens abreviam as palavras e com isso estão desaprendendo a escrever. Portanto a educação precisa ser tratada de uma forma muito especial pelos governantes. A começar pelos salários dos professores, uma vergonha, vergonhoso, ninguém mais quer seguir o magistério.

MULHER DE CLASSE é uma publicação da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

DIREÇÃO EXECUTIVA
Presidente: Adilson Araújo

DIRETORIA
Nivaldo Santana, Maria Lúcia Moura, Joilson Cardoso, Severino Almeida, Vicente Selistre, Wagner Gomes, Kátia Gaivotto, Vilson Luiz da Silva, Gilda Almeida, Celina Arêas, Carlos Rogério Nunes, Francisco Chagas, Pascoal Carneiro, Divanilton Pereira, José Adilson Pereira, Raimunda Gomes, Ivânia Pereira, Vitor Espinoza, Mônica Custódio, Antoninho Rovaris, Claudemir Nonato Santos, Márcia Machado, Sérgio de Miranda, João Paulo Ribeiro e José Gonçalves.

CONSELHO EDITORIAL
Alaíde Bagetto, Celina Arêas, Ivânia Pereira, Kátia Gaivotto, Marilene Betros, Mary Garcia Castro e Mônica Custódio.

Coordenação: Ivânia Pereira
Jornalista Responsável: Natália Rangel (MTB 35.648/SP)
Equipe de Comunicação: Cinthia Ribas, Danilo Ribeiro, Érika Ceconi, Marcos Ruy, Laldert Castello Branco e Renato Bazan
Estagiário: Arthur Dafs
Projeto Gráfico: Luciana Sutil
Diagramação: Danilo Ribeiro
Capa: Carlínio França
Gráfica: Print Express
Tiragem: 10 mil exemplares



Av. Liberdade, 113 - 4º andar
Liberdade - São Paulo - SP
CEP 01503-000
Fone: (11) 3106-0700
E-mail: mulher@ctb.org.br

Ilustração: Arthur Arfe



Ofertas de Aninha

Cora Coralina, pseudônimo da grande poeta brasileira, nascida em Goiás, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.



1945-2015: 70 ANOS Combativa. Internacionalista.

FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

40, Zan Moréas 117 45 Atenas, Grecia
Tel: +30210 9214417, +30210 9236700, Fax: +30210 9214517
E-mails: info@wftucentral.org, gensec@wftucentral.org

“

A TODAS AS MULHERES QUE DERAM À LUZ
NESTE PAÍS, A TODAS QUE PAGAM IMPOSTOS,
NÓS TEMOS QUE LUTAR POR DIREITOS IGUAIS
PARA TODAS. ESTÁ NA HORA DE TERMOS
SALÁRIOS IGUAIS E DIREITOS IGUAIS

”

Patrícia Arquette, atriz e vencedora do Oscar 2015



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

EM 8 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, A CTB CONVOCA TODAS AS MULHERES À LUTA CONTRA
A TERCEIRIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS E PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES